

O AUTISMO E A APRENDIZAGEM ESCOLAR: UMA RELAÇÃO ENTRE AMBIENTES**AUTISM AND SCHOOL LEARNING: A RELATIONSHIP BETWEEN ENVIRONMENTS**

Eliane Cristina de Oliveira DEFENTE¹; Maria Edineide Cruz CASTRO²; Maria Cristina MARANGONI³; Roberta Mello FRANCATTO⁴

1. Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Mogiana de Educação. *eliane_defente@hotmail.com*

2. Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Mogiana de Educação. *edineidec19@gmail.com*

3. Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas; Docente do Ensino Superior da UNIMOGI. *mcristinamarangoni@gmail.com*

4. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Cuyo, Argentina e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Docente do Ensino Superior e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo – FMG - SP – Brasil.

E-mail: *roberta-mell@hotmail.com*

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista vem sendo um tema com uma diversificação de patologias, tanto na sociedade como no meio científico. Os estudos e pesquisas científicas apontam o desafio dos professores em atuar com os alunos com espectro autista nas escolas de ensino regular. Portanto, faz-se necessário conhecer e analisar com intenção investigativa os fatos, para um melhor entendimento de como os profissionais da educação estão atendendo às necessidades desses alunos tanto na classe regular como em atendimentos especializados. O presente trabalho traz à luz a análise de diversas pesquisas acadêmicas sobre alunos que frequentam as salas de Atendimento Educacional Especial (AEE) e as salas de ensino regular. Dentro desta perspectiva fundamentada em análise documental e observação do trabalho realizado em diferentes unidades escolares atuando como estagiárias e auxiliares de classe, buscamos compreender a urgência da conscientização de didáticas pedagógicas que colaborem para o ensino e aprendizagem do aluno autista, ressaltando a importância do ingresso desses alunos na classe regular, proporcionando, assim, uma adequação capaz de propiciar que o aluno desenvolva suas potencialidades, considerando, o ambiente escolar, o meio mais propício para a interação social e o ensino educacional.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; Inclusão; Desenvolvimento social.

ABSTRACT

Autistic Spectrum Disorder has been a topic with a diversification of pathologies, both in society and in the scientific environment. Scientific studies and research point to the challenge of teachers to work with students with autism spectrum in regular schools. Therefore, it is necessary to know and analyze the facts with an investigative intention, for a better understanding of how education professionals are meeting the needs of these students both in the regular class and in specialized care. The present work brings to light the analysis of several academic researches on students who attend the Special Educational Service (AEE) and regular education rooms. Within this perspective based on documentary analysis and observation of the work carried out in different school units acting as interns and class assistants, we seek to understand the urgency of the awareness of pedagogical didactics that collaborate for the teaching and learning of the autistic student, emphasizing the importance of entering these students in the regular class, thus providing an adequacy capable of enabling students to develop their potential, considering the school environment, the most conducive means for social interaction and educational teaching.

Keywords: Autism spectrum disorder; Inclusion; Social development.

Recebimento dos originais: 05/10/2020

Aceitação para publicação: 13/10/2020

INTRODUÇÃO

O aumento de crianças e adolescentes que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas é um estímulo para que profissionais revejam seus métodos educativos no enfrentamento das questões cotidianas para com esses alunos. A inclusão de autistas está sendo um dos maiores desafios desde o início do processo de inclusão já que existe uma grande polêmica em torno, uma vez que as pessoas com TEA eram excluídas do convívio social e educacional, precisando, com isso, viverem segregadas em suas residências, frequentando somente escolas especiais, mesmo aqueles com quadro leve e moderado; fazendo, então, parte dos casos graves e de saúde mental. Diante desta situação, faz-se necessário abordar a relevância do aluno autista dentro do ambiente de ensino regular que delibera demandas reflexivas para a inclusão dessas crianças diante das condições da educação inclusiva.

Este artigo tem como objetivo identificar e estimular a progressão do conhecimento na busca por alternativas coerentes no processo educacional de alunos com transtorno do espectro autista nas salas regulares de ensino regular, a fim de contribuir com professores, especialistas e futuros investigadores sobre o assunto. Traz, também, o desejo e a necessidade em compreender como os profissionais da psicologia trabalham em conjunto com os profissionais da área da educação em prol do âmbito escolar.

METODOLOGIA

Diante do exposto a metodologia empregada para a elaboração a pesquisa bibliográfica de ordem qualitativa, passa a analisar estudos e reflexões capazes de assessorarem os professores e equipes escolares, visando o discernimento nos anos iniciais, já que os estereótipos de um autista manifestam precocemente.

Inicialmente, buscaram-se artigos científicos e obras literárias que têm o tema como assunto central voltado à área da educação e atendimento especializado. A partir dessas pesquisas, apresentaram-se dados sobre o contexto histórico do transtorno realizando o aprofundamento sobre tema do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e contextualizá-lo historicamente quanto ao transtorno e suas progressões ou atualizações através do conhecimento científico.

Em virtude da necessidade de aperfeiçoar os métodos das práticas educativas, este estudo examina referências e orientações político-pedagógicas, coadjuvando à implementação de atividades didáticas qualificadas com a finalidade de estimular e acrescer as condições necessárias para o exercício da Cidadania das pessoas com indigências educativas especiais.

O SURGIMENTO DO TERMO AUTISTA

A eclosão do termo autista, segundo Ajuriaguerra (1977), tem a concepção de prejuízos na relação do sujeito com a realidade. Tempos atrás, o autismo, a psicose e a esquizofrenia eram denominadas de um mesmo diagnóstico, o que não prevalece hoje em dia graças à intensificação das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Em 1943, o psiquiatra austro-húngaro realizou suas pesquisas chefiando o hospital de Baltimore junto à ala de psiquiatria infantil, Leo Kanner refez o termo e caracterizou o autismo como um distúrbio que não tem ações recíprocas, cujos indivíduos apresentam diferentes características, como a reclusão, a distância em relacionamentos interpessoais e o retardo no desenvolvimento da fala. De acordo com Kanner, (apud Brasil, 2013, p. 17), o autismo vinha a ser “Os distúrbios artísticos

do contato afetivo” utilizando a noção de “Transtorno de Espectro do Autista”, consagrada por Eugen Bleuler como um dos principais sintomas da esquizofrenia, Kanner descreveu 11 crianças cujo distúrbio patognomônico seria “a incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas”.

Os relatos feitos por Kanner, através de observações realizadas na Instituição, apontam comportamento diferenciado das crianças com autismo: brincam de maneira aleatória e agem distintamente com objetos e brinquedos.

O Autismo Infantil precoce, denominado assim por Kanner, já em 1949, apenas 3 anos após a sua primeira descrição, qualificou suas características como uma síndrome (SCHWARTZMAN, 1997). Em virtude dos diferentes transtornos e suas características, a síndrome passa por uma mudança e denomina-se “Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD)” (BRASIL, 2013, p.14) ou MS

O diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autista é representado por três níveis: grau leve, grau moderado e grau severo. Nas análises dos mais diversos estudos sobre o assunto, Barbosa (2009) notou semelhantes sinais presentes nos indivíduos com o espectro autista:

Comportamento inapropriado em diferentes situações para a idade; dificuldade de relacionamento com as outras; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual; insensibilidade à dor, aparentemente; preferência pela solidão; rotação de objetos de forma inapropriada; hiperatividade ou inatividade extrema; inexistência de resposta aos métodos normais de ensino; perseverança pela repetição de movimentos e palavras; resistência a mudanças de rotinas; ausência de medo ao perigo real; dificuldade de expressar as suas necessidades; irregularidade motora (BARBOSA, 2009, p.3).

PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os séculos XIX e XX ficaram marcados pela implantação de instituições em benefício à educação inclusiva. Em meados do século XIX instauraram o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, hoje conhecido como Instituto Benjamim Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos-mudos – INES. O implante dessas fundações permitiu que o Brasil desse início aos atendimentos às crianças com deficiências. O século XX contou com o fundamento do Instituto Pestalozzi em 1926; e em 1945 emitiu-se o princípio de atendimentos, formando, então, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mais conhecida como APAE.

Por volta do século XX existia no Brasil uma luta constante pelos direitos à educação aos deficientes; desde então, as administrações inclusivas vêm conquistando espaço nas bases educacionais do Brasil, disponibilizando aos alunos o direito de frequentar a escola. Nesse período, foram construídos documentos de extrema importância feitos com base filosófica e administrativa em algumas manifestações ao direito à escolarização da classe especial: a Conferência Mundial sobre Educação para todos em 1990 e a Conferência de Nova Délhi, em 1993. O ano de 1994 foi o mais significativo na luta pela educação de pessoas com deficiência, pois contou com 92 representantes, incluindo o Brasil. “Este documento foi um dos mais importantes ao compromisso de garantia pelos direitos educacionais”. (CAPELLINI; RODRIGUES, 2010, p.19). Pelo Ministério da Educação foi organizado o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecendo princípios da Educação especial e uma base de recebimento no ensino regular para a recepção de classe especial (BRASIL, 1994).

Um dos objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988 é proporcionar benefícios em prol de todos, sem quaisquer formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV); já o Estatuto da Criança e

Adolescente (ECA) lei nº8. 069/90 ressalta, dentro dos dispositivos das leis, que é obrigatório a matrícula das crianças dentro de suas respectivas idades, cujo dever é dos pais e responsáveis, afinal eles têm apoio nos documentos da Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e da Declaração de Salamanca (1994) para fazer-se cumprir este direito.

A Política Nacional de Educação Especial, divulgada em 1994, que direciona a atuação da "integração instrucional" (PNEE, 1994, p. 19), ingressa os alunos com ou sem necessidades especiais às classes comuns do ensino regular, desde que capazes de desenvolver os currículos escolares propostos para o ensino, capacitados de acompanhar os demais alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 no artigo 59 aconselha que os sistemas de ensino devam abordar temas e buscar estratégias eficazes em auxiliar o progresso de habilidades desses alunos, colaborando com o desenvolvimento da fala e linguagem, o trabalho com a alfabetização, a interação social, a alimentação e o sono, buscando, assim, a autonomia em crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Um dos importantes resultados na educação especial, que pleiteia a ressignificação da exclusão das barreiras no egresso da escolarização, A Convenção de Guatemala (1999), homologada no Brasil pelo Decreto nº 3956/2001, certifica que as pessoas com deficiência tenham igualdade e liberdade; prescrita dentro dos direitos humanos, para que não sejam alvos de discriminação e tenham possibilidade de exercerem seus direitos humanos e liberdades fundamentais.

Apresentado em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, comprovado pela Agenda Social, tem como base a formação de professores para a educação especial, a colocação de salas adaptáveis, a adaptação arquitetônica dos prédios escolares, o prosseguimento e a observação de acesso à escola dos beneficiários, pelo Benefício de Prestação Construída-BPC.

Contestando o parecer generalizado da transversalidade da educação especial nas mais diferentes áreas de ensino, a educação não constituiu na concepção da inclusão e do suporte as necessidades educativas especiais, demarcando o cumprimento do princípio constitucional que pressagia a uniformidade na escola (PDE, 2007, p. 09).

Para a execução do documento PDE é propagado o Decreto nº 6.094/2007 que edificam nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, o direito aos alunos com necessidades especiais de se estabelecerem no ensino regular. Em 2006 a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou A Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiências, homologando a Emenda Constitucional dentro do Decreto Legislativo nº186/2008 e o Decreto Executivo nº6949/2009, citando que os Estados-Partes incluam a educação especial para que potencialize os seus acréscimos acadêmicos e sociais conciliáveis à inclusão.

A Declaração de Salamanca de 1994 reforça que os profissionais da Educação estabeleçam situações favoráveis para que os alunos com necessidades especiais, sem distinção de condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, sofram quaisquer tipos de preconceitos, já que o princípio da educação deve ser o acolhimento e orientação nos âmbitos escolares.

A Lei nº12. 764/2012 traz no seu artigo 7º que é irrecusável a matrícula das pessoas com deficiências, exigindo punição para os responsáveis que infligirem essa discriminação. Essa lei está homologada na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista.

O CÉREBRO MASCULINO AUTISTA

Segundo Simon Baron-Cohen (2004) as diversidades de pesquisas científicas tentam solucionar e levar a um entendimento as diferenças entre os autistas femininos e masculinos. É possível destacar que o cérebro feminino tem melhor acomodação ao meio social, expressando melhor sensações e afetos, já o masculino é movido por razão e busca atividades relacionadas ao raciocínio lógico. Nota-se que desde os anos iniciais de vida, os homens são atraídos pelo universo metalúrgico; levar os filhos nos afazeres com automóvel é algo estupendo aos meninos; suas brincadeiras envolvem travessuras procurando os múltiplos por quês e buscando compreender as funções existentes no universo. Quando iniciam a escolaridade, os meninos têm apreço por disciplinas que envolvam exatas, causando, principalmente no pai, uma exaltação, pois crêem que futuramente se destacarão em profissões específicas de sucesso, como por exemplo, engenharia.

Para ilustrar a diferença de meninos e meninas autistas, o caso de Camila, como menciona Silva (2012), demonstra essas características peculiares das meninas com autismo:

Camila, desde pequena, apresenta alguns traços de autismo, mas seu jeito meigo e inteligente impediu que recebesse o diagnóstico. Foi tratada como desatenta, mas na verdade seus problemas vão muito além. Realmente, ela tem pouco de atenção quando se engaja numa atividade, precisa sempre alguém para redirecioná-la. Não consegue pular com um pé só, arremessar uma bola e correr livremente, o que mostra suas dificuldades na coordenação motora fina. Apresenta algumas dificuldades de socialização; às vezes não compreende completamente as atividades ou conversas com as outras meninas e parece bem mais ingênua e infantil que as “mocinhas” da sua idade. Quando está em grupo fica em silêncio, tenta captar as reais intenções das pessoas, o que nunca lhe pareceu uma tarefa fácil. Possui uma série de qualidades: é prestativa, gentil e muito educada com todos. Esse “jeito de ser” ajuda Camila manter as amizades, pois é sempre querida e elogiada pelos pais das amigas. Ela consegue driblar suas dificuldades e utilizar outras habilidades para uma boa convivência social, fazendo bons amigos. Seus traços de autismo ficam de lado quando comparados ao conjunto de qualidades que ela usa a seu favor. (SILVA, 2012, p. 58)

Em relação ao figurativo, autistas têm dificuldades no cotidiano social. São muitos os desentendimentos devido à complicação em se comunicar entre ambos os sexos, há diferenças entre homens comuns e com espectro autista. Segundo Cohen (2004):

Em pessoas com traços de autismo, este cérebro masculino ainda mais evidente. De fato, levanta a hipótese de que o cérebro predominantemente masculino, como resultado de uma exposição maior a testosterona, o hormônio masculino durante a gestação. Estudos genéticos, apesar de muito importantes, ainda engatinham nas elucidações da causa do autismo e é provável que a tese do excesso de testosterona não explique todos os casos de autismo existentes no mundo. Mas tudo indica que isso pode ser um dos fatores nessa colcha de retalhos”. (COHEN, 2004, p.55)

Cientificamente, o Transtorno do Espectro Autista é dominante no público masculino. Em uma família é possível observar membros de primeiro grau com fortes traços de autismo; os encéfalos da mulher e do homem podem estar em ambos; não há uma regra, cada qual leva sua vida de maneira natural e saudável e as habilidades podem estar nos dois sexos. Contudo, as mulheres podem ofuscar mais seus traços quando considerados leves, pois seus lados afetivo, comunicativo e interativo fazem com que o espectro passe despercebido. Já nos casos mais graves a atenção precisa ser redobrada

com intensidade no tratamento, pois quando não diagnosticados precocemente, podem afetar a vida adulta tanto da mulher como do homem.

TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

Os transtornos globais de desenvolvimento são distúrbios caracterizados por perdas nas progressões dos indivíduos, como por exemplo, a dificuldade em socialização e comunicação, comportamentos estereotipados, dentre outros. O diagnóstico, portanto, precisa ser realizado corretamente, já que as manifestações desses transtornos são semelhantes, podendo, então, confundir os profissionais e responsáveis. Estes transtornos se dividem em cinco grupos: Transtorno do Autismo, Síndrome de Asperge, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação.

A Síndrome de Asperge se compõe por condições de movimentos estereotipados parecidos com autismo, e assim como, apresenta dificuldade de interação social além de múltipla atenção o que dificulta na concentração durante a realização de atividades escolares. No entanto a síndrome se difere quanto ao não apresentar atraso na linguagem verbal, problemas intelectuais e sua inteligência ser registrada como acima da média. A Síndrome de Rett, cuja raridade é parte do Espectro Autismo, acomete com maior ênfase as mulheres: uma em cada dez meninas pode apresentar. Ocorre devido a uma mutação nos genes: com o desenvolvimento do crânio em lentidão, não se tem interação social, apresenta regressão nas funções motoras e psíquicas, ausência da oralidade e os movimentos das mãos ficam repetitivos dificultando a evolução no decorrer da vida. No transtorno desintegrativo da infância - não incluso no espectro autista – a criança se desenvolve normalmente entre os dois, três anos de idade, porém com esta idade começa a perder gravemente a socialização e a comunicação; passado esse período, sua regressão paralisa. Esse transtorno é incomum, afeta aproximadamente 1,7 crianças em cada 100 mil e sua causa ainda não foi descoberta. O transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação pode ser considerado como uma classe de semelhanças do autismo, afinal os indivíduos não apresentam todos os critérios do TEA, porém possuem limitações prejudiciais.

DIAGNÓSTICO AUTISTA

O diagnóstico do autismo, necessita ser realizado por profissionais ou junta de profissionais que tenham domínio do assunto. O processo ocorre através da observação dos comportamentos das crianças na fase inicial da vida onde é imprescindível ter conhecimento de tudo o que a mãe passou desde a gestação até o nascimento do bebê por meio do conhecemos de anamnese. Alguns aspectos são fundamentais durante a análise no primeiro momento da investigação para a constatação do autismo. São eles: a recusa a mamar; mudanças no sono, podendo ficar quietos e dormir muito tempo, como também não dormir e chorar incontrolavelmente por muito tempo até parar por si só; manifestar costumes alimentares selecionando os alimentos pelas texturas, além de apresentar alergias e hipersensibilidade à texturas, corantes, entre outros, podendo os restringir ainda mais, quanto a variedade de alimentos uma vez que essa seleção pode ocorrer como sendo uma escolha, uma decisão da criança em virtude da manifestação de seus costumes seletivos.

A observação e análise desde a anamnese, segue ainda o viés da observação da criança em ambientes, seja ela na narrativa da família ou durante as consultas com os profissionais que se guiam por testes específicos e reconhecidos pela Academia Científica como, Entrevista de Diagnóstico de

Autismo Revisada (ADI-R), do inglês *Austism Diagnostic Interview- Revised*, que conta com um roteiro de 93 questões que deve ser respondido pela família, como os pais ou a pessoa responsável pelos cuidados da criança. Outro teste é a Programação de Observação Diagnóstica para Autismo (ADOS), do inglês *Autism Diagnostic Observation Schedule*, que traz um protocolo de observação dividido em 4 módulos onde, o primeiro é usado para crianças com fala limitada; o segundo para criança que sabe falar, mais é verbalmente fluente; o terceiro com crianças verbalmente fluentes e o quarto módulo destinado à adolescentes e adultos verbalmente fluentes.

Esses módulos combinam diferentes comportamentos sociais específicos classificados, também, em quatro domínios: interação social recíproca; comunicação/linguagem; comportamentos estereotipados/restritivos; humor e comportamentos anormais não específicos.

Trata-se, em resumo, de um teste onde os módulos podem conversar entre si de forma complementar, pois cada módulo é repertoriado por cenários que envolvem brincadeiras, rotinas, comemorações, conversas, tarefas, descrição de figuras, desafios sociais, criação de histórias, análise social e emocional, leitura de livros, relacionamento e planos futuros. Estes são apenas uma pequena amostragem de uma variedade de testes que são utilizados no processo de diagnóstico do TEA e que são de uso restrito à profissionais especializados.

Algumas crianças, devido seus níveis de transtorno ou até mesmo a associações de outros transtornos, necessitam de medicamentos. Os resultados e avanços do autismo não são causados pelo uso do remédio, afinal, o medicamento não cura todos os sintomas e distúrbios do autista. A ingestão da medicação é indicada para os casos graves como hiperatividade, distúrbios no sono, compulsão e desenvolvimentos consecutivos; o uso do medicamento junto à terapia apresenta melhores resultados e desempenhos desses indivíduos. O profissional especialista que transcreve a medicação deve deixar claro e ciente aos pais os efeitos causados pelo remédio; a progressão do tratamento será avaliada e acompanhada por ambos.

Pais, professores, médicos e terapeutas formam uma equipe essencial com base nas experiências escolares para que a avaliação seja eficaz e segura, pois depois dos pais, os professores são os profissionais que passam mais tempo com a criança e podem contribuir tanto no processo de diagnóstico, acompanhamento do efeito da medicação e principalmente na adaptação do aluno ao universo da escola.

O UNIVERSO ESCOLAR E O AUTISMO

Frente ao que já explicitamos aqui é possível imaginar que a escola, na maioria das vezes vem a ser um ambiente inóspito ao aluno com TEA, pois se trata de um ambiente com grande circulação de pessoas de diferentes idades, com barulhos variados oscilando entre canções, bolas batendo, passos e corridas, vozes em diferentes timbres e volumes e intensidade, ou seja, um conjunto de realidade que pode desencadear certos desconfortos no aluno, independente da idade.

O professor, em seu papel fundamental, que dispõe de dedicação e paciência e pesquisa sobre informações específicas do desempenho do autista consegue estabelecer e desenvolver e utilizar métodos pedagógicos que facilitam e proporcionam a interação por meio de direcionamentos que conduzem à assimilação de informações capazes de promover o desenvolvimento.

Tendo em vista a realidade da escola, o professor procura instituir vínculo com a criança através de sutilezas, como abaixar para falar com a criança, criando, assim, o contato visual, além de realizar perguntas e orientações diretas e objetivas; essas atitudes geram retornos positivos no

processo de ensino e aprendizagem. Os autistas apresentam movimentos estereotipados e repetitivos em sala de aula quem vem a necessitar de intervenção direta do professor que pode protelar esses movimentos com a introdução de tarefas, como por exemplo, pintar, desenhar e recortar, obtendo uma troca produtiva, prazerosa e motivadora.

Uma característica dos autistas é a dificuldade de entender ironias e compreender jogos de palavras; tudo precisa ser explicado de forma literal para que compreendam o sentido. É necessário, também, tomar cuidado com barulhos e toques aos quais têm sensibilidade sensorial. Pais e professores devem promover e estabelecer a autonomia dessas crianças em seus anos iniciais, trabalhando suas capacidades e aptidões para que não sejam totalmente dependentes de outrem.

O período de alfabetização para as crianças com autismo é um ciclo desafiador; alguns aprendem a ler sozinhos, enquanto outros precisam de um trabalho psicopedagógico. Antes de iniciar o processo de alfabetização é preciso estabelecer na rotina dessas crianças alguns comportamentos em sala de aula para facilitar o desenvolvimento no processo de ensino.

Tais rotinas podem ser instituídas de diferentes formas e de adaptativa a cada aluno já que para cada caso, as estratégias dependem de adaptação o que inclui, tempo de permanência na escola, que pode ser reduzido, local de fixo de estudos, contato visual e barulho. Ao mencionarmos o tempo de permanência na escola, se sugere que o aluno, até que esteja adaptado ao ambiente, realize o horário de entrada com pequeno distanciamento de tempo entre a entrada geral e sua própria entrada. Costumeiramente, a entrada da escola é barulhenta e tumultuada e o objetivo é a troca por uma entrada que calma e tranquila, dentro da calma natural da escola, mas que esse pequeno espaço de tempo torne o ambiente e estadia mais confortável. O mesmo pode ser aplicado ao horário de intervalo para o lanche e saída. Trazemos aqui a experiência de dez minutos, mas que podem promover a qualidade dos estudos.

As crianças autistas não veem importância em discernir símbolos gráficos é necessário que lhe apontem as finalidades. Para isso, o professor deve explorar a criatividade e utilizar metodologias que estimulem o interesse das crianças autistas. Inserir computadores e tablets, sempre que possível, nos programas de educação a fim de motivá-las e ensiná-las já que o recurso apresenta pontos significativos no ensino e contribuem para o foco dessas crianças.

Em virtude da facilidade de distração, o uso de materiais concretos e visuais é de obrigatoriedade para uma alfabetização mais eficaz. Como menciona Silva (2012) os materiais são estimulantes à aprendizagem:

Juliana, de 5 anos, estava começando a ser alfabetizada em sua escola, mas apresentava dificuldades em fazer algumas letras, como B e S. Utilizamos, na sessão de terapia, barbante e cola colorida para produzir essas letras em alto relevo. Assim, Juliana podia sentir a letra que estava fazendo, via a letra de forma concreta, o que facilitou o aprendizado. Pedimos para a professora realizar atividades semelhantes na escola, pois Juliana se beneficiaria delas. Depois de aprender a escrever todas as letras do alfabeto, começamos a ensinar algumas palavras com apenas duas sílabas simples, como BOLA, CASA, PIPA, entre outras. No início, ela apenas copiava a palavra, depois pedimos que soletrasse o que escrevia. Quando Juliana adquiriu mais desenvoltura, preparamos uma atividade com letras de papel, onde ela precisava montar as palavras que lhe eram solicitadas. Atualmente, ela está começando a aprender palavras com três sílabas e já consegue ler algumas delas sozinha. (SILVA, 2012, p.125)

Cada criança é única e tem o seu potencial, o que incumbe ao educador elaborar um programa educacional adaptado para eles. Conhecer a criança autista é fundamental; as palavras direcionadas devem ser de incentivo e elogios, o que promove avanços, mesmo que pequenos. Para os autistas, o ensino tem que ocorrer de forma prazerosa e positiva.

Em meio aos estudos científicos foi possível observar como é fundamental incluir o autista na educação infantil, para que vivenciem situações de forma produtiva. Sendo de grande importância a interação social, as atividades desenvolvidas no cotidiano geram autonomia, independência despertando a interação com o outro. Para tornar possível o trabalho e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista faz-se necessário respeitar suas condições para o desenvolvimento de suas evoluções de forma integral, sendo o estímulo desse aluno capaz de permitir que ele se sinta parte de um todo, dando continuidade nos avanços como aprendiz e expandindo a aprendizagem significativa.

O processo de ensino e aprendizagem com as crianças autistas é fundamentado em persistência e dedicação. Um trabalho em conjunto com os pais, torna a vida mais harmoniosa e significativa.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como intuito socializar os estudos e as práticas pedagógicas ampliando as visões respectivamente ligadas ao Transtorno do Espectro Autista, mostrando com clareza e objetividade os aspectos que envolvem sua história de vida, os desafios, as barreiras enfrentadas e seus avanços, tanto no mundo social quanto no processo do desenvolvimento cognitivo.

Na evolução do ser humano os avanços científicos contribuem para conhecer melhor o TEA e buscar soluções para um tratamento eficaz, permitindo a essas pessoas uma vida menos dolorosa e mais feliz. A busca por informações, meios de como agir, se relacionar e trabalhar com crianças autistas é imprescindível ao professor, afinal ele é mediador e participante de todo o processo da criança que tem o transtorno. Aos casos de sucesso analisados estão diretamente relacionados ao trabalho do professor. Um professor que precisa estar em aprendizagem contínua, buscando meios de produzir conteúdo e se relacionar com todos os alunos, sem exceção, em sala de aula, respeitando cada individualidade específica. Seu olhar de especialista da educação no preparo e adaptação de atividades, um dos protocolos de inclusão.

Coletâneas de atividade produtivas também foram observadas tendo destaque, as dinâmicas, materiais para a manipulação e jogos que envolvam a todos promovendo experiências e ampliando, cada vez mais, a socialização para que interaja com o meio educacional e a sala de aula, evoluindo durante todo o processo da educação básica. O apoio, a segurança, o respeito, o profissionalismo e a ética são essenciais para a evolução dessas crianças, pois, se tratadas devidamente com acompanhamento, podem vir a ter uma vida adulta autônoma e produtiva.

Conclui-se com esta pesquisa que, a união e especialização de todos os profissionais envolvidos faz todo sentido, uma vez que ela revela uma nova perspectiva na vida das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista e se finda possibilitando exaltar não apenas a importância de diferentes profissionais no desenvolvimento do aluno neste processo de inclusão mas, de trazer o professor para o centro dessas conquistas e possibilitar uma fonte de pesquisa para profissionais, pais e futuros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- AJUARIAGUERRA, J. Manual de Psiquiatria Infantil. 4ª. Ed. Barcelona: Toray-Masson, 1977.
- BARBOSA, H.F.A. Análise de recurso a novas tecnologias no ensino de autistas, Dissertação de Mestrado e Engenharia Informática- Sistemas Gráficos e Multimídia- Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto, 2009. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/47138121.pdf>> [Acesso: 09 de agosto 2019].
- BECKER, M. M. Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R) para diagnóstico de autismo no Brasil / Tradução e validação da entrevista. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rio Grande do Sul. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Pediatria. Porto Alegre, 2009.
- BÖLTE, S.; POUSTKA, F. Escala de observação diagnóstica para transtornos autistas: resultados iniciais de confiabilidade e validade. *Kinder Jugendpsychiatr Psychother.* Fevereiro de 2004; 32 (1): 45-50. doi: 10.1024 / 1422-4917.32.1.45. Tradução Automática do site. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14992047/>> [Acesso: julho de 2019].
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> . [Acesso: junho de 2019].
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> [Acesso: junho de 2019].
- _____. Declaração Mundial sobre Educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
- _____. MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação, razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> [Acesso: julho de 2019].
- _____. FNDE. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC. DECRETO Nº 6094, de 24 de abril de 2007.
- _____. Instituiu a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e altera o § 3º. Do art.98 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, MEC/SEESP, 1994.
- _____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>[Acesso: julho de 2019].
- _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, LDB, 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 13, 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007.
- _____. Casa Civil. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República. Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> [Acesso: julho de 2019].
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção a reabilitação da pessoa com transtorno com espectro do autismo, Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

- _____. MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Comunicações. Piracicaba. Ano 22. N2. p.165-184. jul-dez, 2015.
- CAPELLINI, V.L.F.; RODRIGUES, O.M.P.R. Marcos históricos, conceituais, legais da educação inclusiva. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010.
- COHEN, B.C. The essential difference: male and female brains and the truth about autismo. Nova York: Basic Books, 2004. Disponível em Kindle Edition, Amazon.
- LORD, C.; RUTTER, M.; DILAVORE, P.C.; RISI, S., GOTHAM K.; & BISHOP, S. Autism Diagnostic Observation Schedule, Second Edition. Torrance, CA: Western Psychological Services, 2012. Google tradutor. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14992047> [Acesso: julho de 2019].
- Kanner, L. Follow-up Estudy of Eleven Autistic Children Originaly Reported in 1943. Journal of Austin and Childhood Schizophrenia, p. 119-145, 1971. Apud, Brasil- Ministério da Saúde, 2013.
- MANCHES, A.L.B. et al. A Inclusão de Crianças com Autismo na Educação Básica: Fatores Significativos para o Desenvolvimento Infantil. Anais Seminário Educação, Cruz Alta, v.6, n 1, 2018.
- MILLER, W.K. Criteria for autismo in the DSM-V. [S.I.] Love toKnow Piracicaba: Comunicações. V.23. Edição Especial, p.167-183, 2016. . Disponível em: <<http://autism.lovetoknow.com/diagnosing-autism-dms-v>>. [Acesso: julho de 2019].
- SANCHES, I.R.; Siqueira, L.P.C. A Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro do Autismo. Comunicações, Piracicaba, v23. Editora Especial, p167-183, 2016.
- SCHWARTZMAN, J.S. Integração: do que e de quem estamos falando?In: MANTOAN, M.T.E. et al. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Editora SENAC, p.62-66, 1997.
- SILVA, A.B.B. et al. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.